



ANEXO – I

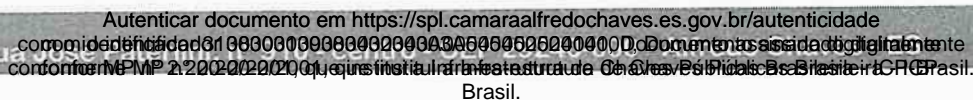
DISPÕE SOBRE A ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO EM CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 15, 16, 17 E 21 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, REFERENTE AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O REAJUSTE SALARIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES.

CONSIDERANDO que os atos de criação ou aumento de despesa deverão estar sempre acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma de que tratam os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),

CONSIDERANDO que qualquer aumento de despesa requer adequação orçamentário-financeira com a lei orçamentária e com as metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias,

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal, acarretando maiores responsabilidades para o ordenador de despesas,

CONSIDERANDO que a legislação determina a apresentação de impacto orçamentário-financeiro referente ao Reajuste Salarial



Brasil.

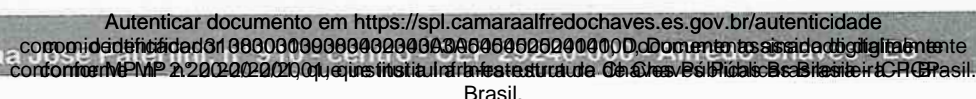


O presente relatório de impacto visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere ao Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação. Os valores propostos compreendem o pagamento de 9 parcelas no ano de 2025.

Para o exercício de 2025, estimamos que o Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação, irá gerar um acréscimo no ano na folha de pagamento de aproximadamente de R\$ 611.979,97. No levantamento do valor acrescido no gasto com pessoal apresentado, foram considerados todos os encargos sociais incidentes sobre os vencimentos dos servidores municipais, conforme a seguir:

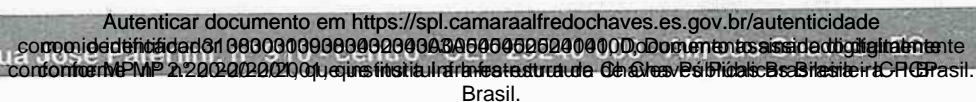
REAJUSTE SALARIAL PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO				
DESCRIÇÃO	VENCIMENTOS	REA- JUSTE %	VENCIMENTOS ATUALIZADOS	VALOR ACRES- CIMO
Folha Profissionais da Educação	R\$ 818.829,37	6,27	R\$ 870.169,97	R\$ 51.340,60
TOTAL				R\$ 51.340,60
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA EMPRESA 12%				R\$ 6.160,87
1/12 AVOS FÉRIAS				R\$ 4.278,38
1/3 FÉRIAS				R\$ 1.426,13
1/12 AVOS 13 SALÁRIO				R\$ 4.278,38
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCÁRIA EMPRESA 13º SALÁRIO				R\$ 513,41
TOTAL DO ACRÉSCIMO POR MÊS				R\$ 67.997,77
TOTAL DO ACRÉSCIMO PARA 2025				R\$ 611.979,97
TOTAL DO ACRÉSCIMO PARA 2026				R\$ 815.973,29
TOTAL DO ACRÉSCIMO PARA 2027				R\$ 815.973,29

Em **2018**, o gasto total com pessoal, foi de R\$ 21.660.972,42, que com base em uma receita corrente líquida de R\$ 49.420.551,00, gerou um índice de gasto com pessoal de **43,83%** limite este **INFERIOR** ao limite





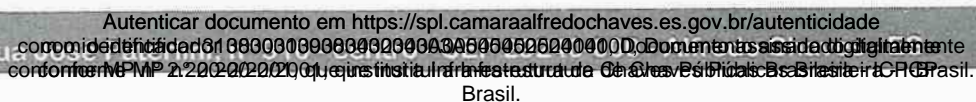
Em **2021**, o gasto total com pessoal, foi de R\$ 28.160.415,73, que com base em uma receita corrente líquida de R\$ 67.792.272,68 gerou um índice de gasto com pessoal de **41,54%** limite este **INFERIOR** ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, **INFERIOR** ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e **INFERIOR** ao limite para emissão de parecer de alerta



Brasil.



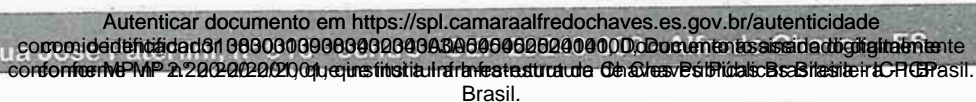
Em **2024**, o gasto total com pessoal, foi de R\$ 41.367.191,01, que com base em uma receita corrente líquida de R\$ 100.381.388,70, gerou um índice de gasto com pessoal de **41,21%** limite este INFERIOR ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, INFERIOR ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e INFERIOR ao limite para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.



Brasil.



Para o exercício de **2026**, a estimativa é de que a receita cresça em torno de 6,00%, caso o cenário econômico não se agrave mais, atingindo o montante de R\$ 112.788.528,34 e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 49.180.465,08, com base em um crescimento de 7,00%, e no Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação, resultando em um percentual de **43,60%**, índice este, INFERIOR ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, INFERIOR ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e INFERIOR ao limite máximo para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de



Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF.

Para o exercício de **2027**, a estimativa é de que a receita cresça em torno de 6,00%, caso o cenário econômico não se agrave mais, atingindo o montante de R\$ 119.555.840,04 e o gasto estimado com pessoal poderá atingir o montante de R\$ 52.278.867,69, com base em um crescimento de 7,00%, e no Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação, resultando em um percentual de **43,73%**, índice este, **INFERIOR** ao limite máximo de gasto com pessoal estabelecido no art. 20 da LRF que é de 54%, **INFERIOR** ao limite prudencial estabelecido através do Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30% e **INFERIOR** ao limite máximo para emissão de parecer de alerta pelo Tribunal de Contas dos Estados, que é de 48,60, conforme Inciso II, parágrafo 1º, do art. 59 da LRF, conforme demonstrado a seguir:

CÁLCULO E ESTIMATIVA DOS LIMITES LEGAIS			
ANO	RCL	GASTO COM PESSOAL	%
2018	49.420.551,00	21.660.972,42	43,83
2019	55.769.881,62	24.846.602,31	44,55
2020	63.040.085,63	27.036.441,31	42,89
2021	67.792.272,68	28.160.415,73	41,54
2022	80.612.205,62	33.419.531,12	41,46
2023	89.824.109,93	37.951.237,37	42,25
2024	100.381.388,70	41.367.191,01	41,21
2025	106.404.272,02	45.605.817,28	42,86
2026	112.788.528,34	49.180.465,08	43,60
2027	119.555.840,04	52.278.867,69	43,73

Salientamos ainda que em todas as projeções, consideramos uma evolução conservadora da receita corrente líquida, objetivando garantir ao executivo municipal, o cumprimento dos limites máximos de gasto com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, além de termos considerado uma redução significativa no crescimento vegetativo da folha de pagamento. Apesar da receita está evoluindo ano após ano, projetamos um



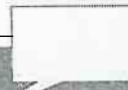
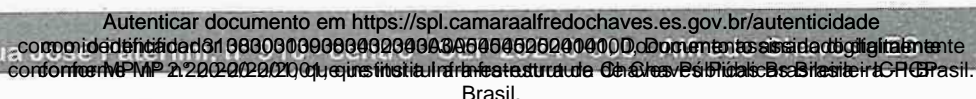


Ainda em relação à receita corrente líquida, há de se considerar que, por força do Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, existem valores significativos arrecadados pelo município que são considerados na base de cálculo da receita e não podem ser utilizados para pagamento da folha de pessoal, gerando com isso, um descompasso financeiro para o município quitar as obrigações decorrentes da folha de pagamento.

Portanto, apesar da projeção de gasto com pessoal elaborada para 2025 e exercícios subsequentes comportar o Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação, é de fundamental importância que o gestor leve em consideração as receitas vinculadas que integram a RCL - Receita Corrente Líquida, pois as mesmas não poderão ser utilizadas para quitação da folha de pagamento de pessoal, como ocorre, por exemplo, com os recursos dos royalties, o que acaba comprometendo um pouco a liquidez financeira do município.

Com relação à previsão orçamentária de dotação para gasto com pessoal, a Lei Orçamentária Anual de 2025 prevê uma despesa total de gasto com pessoal capaz de suportar o gasto projetado para 2025 e preverá nas suas respectivas leis orçamentárias, os montantes necessários para dar cobertura ao gasto com pessoal para os dois exercícios subsequentes, podendo até mesmo, fazer uso da autorização contida na Lei Orçamentária Anual para abertura de créditos adicionais suplementares.

Quanto às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, podemos afirmar que o Reajuste Salarial dos Profissionais da Educação não irá comprometer diretamente as metas de resultados fiscais estabelecidas na





Lei de Diretrizes Orçamentária da Prefeitura de Alfredo Chaves/ES para os
exercícios de 2025, 2026 e 2027.

Alfredo Chaves, 17 de março de 2025.

ALINE DIAS SILVA
Secretária de Finanças



Autenticar documento em <https://spl.camaraalfredochaves.es.gov.br/autenticidade>
com o código de verificação 310680019998940200493966645622000000 Document assinado digitalmente
conforme MP 2.20-22/20/20 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Brasil



ANEXO - II

